

Análise histórica da formação do Poder Judiciário no Sistema Constitucional Brasileiro

Mariana Garcia da Silveira*

Resumo

A divisão em órgãos ou Poderes serve para designar um universo de instituições estatais e processos capazes de tutelar a supremacia constitucional e garantir a hierarquização normativa dos sistemas jurídico-políticos. O sistema constitucional brasileiro se desenvolveu a partir de fórmulas genéricas de quadripartição funcional, com o Poder Moderador, centrado na figura do Monarca, até a incorporação do sistema tripartido de órgãos ou poderes no sistema republicano implantado em 1889. Diante da evolução da divisão dos Poderes nas constituições nacionais, a pesquisa centra-se no estudo e análise dos papéis, competências e prerrogativas do Poder Judiciário.

Palavras-chave: Constituições nacionais. Divisão dos Poderes. Poder Judiciário.

1 Introdução

A presente pesquisa visa realizar uma análise comparativa do ordenamento jurídico brasileiro, no que se refere ao Poder Judiciário como organização pública em evolução, no contexto constitucional, histórico e político.

O estudo justifica-se pela compreensão das características do Judiciário, como poder tradicional e formal, de modo a evitar perda da memória histórica da evolução de direitos no Brasil. (Zaffaroni, 1995, p. 29.)

A interpretação comparativa e de análise histórica das constituições brasileiras foi o principal referencial teórico-metodológico, dispondo do recurso à pesquisa bibliográfica, suplementada por análise documental.

O estudo direto das fontes constitucionais e legislativas de cada época, assim como a coleta de documentos referentes a cada período histórico, contribuiu para a compreensão da importância da função jurisdicional e as mudanças mais relevantes ocorridas em relação ao Poder Judiciário.

Os resultados práticos da pesquisa revelam que o Poder Judiciário, na Constituição Imperial de 1824, era denominado “Poder Judicial”, que, na prática, não gozava de independência e autonomia funcional, em razão da centralização do poder político no Poder Moderador, exercido pelo monarca.

Com o advento da Constituição de 1891 e a instituição do princípio federativo, o Poder Judiciário foi ganhando forma, e aos seus magistrados foram conferidas garantias funcionais que permaneceram em todas as constituições posteriores.

Durante todo o período da experiência constitucional brasileira, observar-se-á as mudanças relativas aos papéis, competências e prerrogativas do Poder Judiciário, a especialização das Justças Militar, Eleitoral e do Trabalho, além da criação de órgãos e leis especiais regulamentadoras da atividade jurisdicional.

Diante do exposto, este estudo justifica-se pela contribuição à história constitucional brasileira e à teoria da Constituição, o que permite compreender as configurações institucionais e políticas do Período Imperial e que influenciaram a caracterização do Período Republicano até os dias atuais, no tocante à organização do Poder Judiciário no Brasil.

2 O Poder Judiciário

2.1 Constituição Imperial de 1824

A discussão sobre a divisão dos Poderes na Assembleia Nacional Constituinte convocada por D. Pedro I em 3 de junho de 1823, firmou as bases das disposições normativas sobre o “Poder Judicial” na Constituição Imperial, outorgada em 25 de março de 1824.

O título 6º da Carta Constitucional dispõe a respeito dos juízes e dos Tribunais de Justiça, garantindo a independência funcional do Poder Judiciário, composto por juízes e jurados (art. 151), que atuariam aplicando a lei e analisando os fatos, respectivamente (art. 152).

O art. 153 da referida Constituição confere o caráter perpétuo ao magistrado, ou seja, refere-se a vitaliciedade do cargo, no entanto, estes poderiam ser transferidos, conforme determinação legal.

* Graduada em Direito pela Faculdade de Direito Prof. “Jacy de Assis” da Universidade Federal de Uberlândia. Estagiária da Justiça Federal, lotada na 4ª Vara da Subseção Judiciária de Uberlândia/MG.

Os juízes também poderiam ser suspensos pelo Imperador, na hipótese do art. 154, devendo ser convocados para audiência, serem colhidas as informações necessárias e ouvido o Conselho de Estado. Contudo, somente por sentença os magistrados perderiam o cargo (art. 155).

Na ata do Terceiro Conselho de Estado, de 6 de setembro de 1852, ob serva-se um caso em que os conselheiros se reuniram para discutir sobre a suspensão de dois desembargadores que, no exercício de suas atribuições, teriam praticado ato atentatório à independência do Poder Judiciário, ao julgar o caso contra as provas do processo judicial.

O Conselheiro Holanda Cavalcanti apresentou o seu voto por escrito, e o leu com permissão de Sua Majestade Imperial. Não pode concordar na conclusão do parecer da Seção, que acaba de ser relatado a Vossa Majestade Imperial acerca da suspensão dos Desembargadores João José de Oliveira Junqueira, e Cândido Ladislau Japiáçu de Figueiredo e Melo; pois da exposição do mesmo parecer não pode concluir que se dá o caso do art. 154º da Constituição; e antes nota que não é observado o art. 179, nº 12 da mesma Constituição. A Constituição elevando à Categoria de Poder Político o Poder Judicial prescreveu em seu Título 6, as bases da independência desse Poder. Nesse Título da Constituição observam-se os casos de suspensão, de responsabilidade, e de perda do lugar; e também se prescrevem as instâncias nos julgamentos, que em reconhecimento de falência na consciência dos juízes em tais julgamentos. Parece assim que um dos meios pelos quais a Constituição estabeleceu a independência do Poder Judicial foi admitindo instâncias nos julgamentos (art. 158-164); prescrevendo igualmente que nenhuma autoridade possa avocar causas pendentes, sustá-las, ou fazer reviver os processos findos (art. 179, parágrafo 12).

[...]

O Conselheiro Maia não se conformou com o parecer da Seção, entendendo aliás que os Desembargadores, que proferiram o Acórdão, de que se trata não estão no caso de serem sujeitos ao processo de responsabilidade, como compreendidos em algum delito dela, por não ter por demonstrado que eles julgassem contra literal disposição de lei, ou contra lei expressa nos termos dos artigos 129, §2º e 160 do Código Criminal.

[...]

O Conselheiro Araújo Viana sustenta o parecer apesar do que contra ele se tem dito com o fundamento de não haver lei expressa, que fosse infringida; pois que os Desembargadores incontestavelmente procederam contra expressa

disposição de lei, porque julgaram contra as provas dos autos, e por isso contra um terminante princípio de lei; sendo manifesto, que bastantes provas há, se não contra todos, ao menos contra os escravos, e que notável contradição se dá em se haverem por compreendidos estes, e não o senhor deles, quando se desculpam por coagidos e por modo tal, que lhes exclui o delito. (BRASIL, 1852, p. 59-60)

Os juízes, também, responderiam por atos de abuso de poder e prevaricações que cometessem no exercício de suas funções (art. 156), além de serem réus em ação popular intentada contra prática de “suborno, peita, peculato, e concussão” (art. 157).

Destaca-se que a Constituição Imperial já consagrava as técnicas da arbitragem e da conciliação como meios de resolução de conflitos (arts. 160 a 162); e a instituição do Supremo Tribunal de Justiça (art. 163), competente para conceder ou denegar recurso de revista, nas causas em que a lei determinar; conhecer dos delitos e erros de ofício, que cometessem seus ministros e os ministros das Relações, além dos empregados no corpo diplomático e os presidentes das províncias; além de conhecer e decidir sobre conflitos de jurisdição e competência das relações provinciais (art. 164). Posteriormente, o Supremo Tribunal de Justiça é criado e regulamentado pela Lei de 18 de setembro de 1828.

Importante lembrar que o Tribunal do Júri foi criado antes da Constituição de 1824, instituído pelo decreto de 18 de julho de 1822, restrito ao julgamento dos crimes de abusos de liberdade de imprensa.

Embora a Constituição Imperial defendesse a independência do Poder Judicial, na prática, este ainda encontrava-se submetido à centralização e controle do Poder Moderador, considerado a chave da organização política e o poder capaz de manter a harmonia do sistema jurídico-político.

Art. 179. A inviolabilidade dos Direitos Civis, e Politicos dos Cidadãos Brasileiros, que tem por base a liberdade, a segurança individual, e a propriedade, é garantida pela Constituição do Imperio, pela maneira seguinte.

XII. Será mantida a independencia do Poder Judicial. Nenhuma Autoridade poderá avocar as Causas pendentes, sustal-as, ou fazer reviver os Processos findos.

Art. 98. O Poder Moderador é a chave de toda a organização Politica, e é delegado privativamente ao Imperador, como Chefe Supremo da Nação, e seu Primeiro Representante, para que incessantemente

vele sobre a manutenção da Independência, equilíbrio, e harmonia dos mais Poderes Politicos.

2.2 Constituição Republicana de 1891

Na Constituição de 1891, as disposições sobre o Poder Judiciário encontram-se no título I, seção III.

A novidade trazida pela referida Carta refere-se à criação do Supremo Tribunal Federal (art. 55), composto por quinze juízes nomeados entre os cidadãos de notável saber jurídico e reputação ilibada (art. 56).

Ao Supremo cabia o julgamento dos crimes comuns do presidente e de quaisquer dos ministros, dos crimes cometidos pelos ministros diplomáticos, das causas entre União e estados, ou de um deles contra outro, das nações estrangeiras e a União ou estado, dos conflitos entre juízes federais ou entre estes e os estaduais.

Assim como no período constitucional anterior, os juízes gozam da garantia da vitaliciedade, podendo perder o cargo “unicamente” por sentença judicial, conforme descrito no art. 57.

No entanto, os crimes de responsabilidade praticados pelos magistrados, que antes eram submetidos à apreciação do Imperador, agora, seriam julgados pelo Senado Federal (art. 57, § 2º).

A Constituição Republicana também apresentou a Justiça Federal, em seus arts. 58 a 60, descrevendo as competências do STF, dos juízes e dos Tribunais Federais.

A estrutura da Justiça Federal foi proposta por Manuel Ferraz de Campos Salles, Ministro da Justiça, descrita na exposição de motivos do Decreto 848, de 11 de outubro de 1890:

É por isso que na grande União Americana com razão se considera o poder judiciario como a pedra angular do edificio federal e o unico capaz de defender com efficacia a liberdade, a autonomia individual. Ao influxo da sua real soberania desfazem-se os erros legislativos e são entregues á austeridade da lei os crimes dos depositarios do poder executivo.

De resto, perante a justiça federal dirimem-se não só as contendas que resultam do direito civil, como aquellas que mais possam avultar na elevada esphera do direito publico.

Isto basta para assignalar o papel importantissimo que a Constituição reservou ao poder judiciario no governo da Republica. Nelle reside essencialmente o principio federal; e da sua

boa organização, portanto, é que devem decorrer os fecundos resultados que se esperam do novo regimen, precisamente porque a Republica, segundo a maxima americana, deve ser o governo da lei.

O organismo judiciario no systema federativo, systema que repousa essencialmente sobre a existencia de duas soberanias na triplice esphera do poder publico, exige para o seu regular funcionamento uma demarcação clara e positiva, traçando os limites entre a jurisdição federal e a dos Estados, de tal sorte que o dominio legitimo de cada uma destas soberanias seja rigorosamente mantido e reciprocamente respeitado.

Destaca-se que a Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926 alterou dispositivos importantes relativos ao Poder Judiciário na Constituição de 1891, como o art. 6º, II, *d e i*, e o § 1º do art. 60:

Art. 6º - O Governo federal não poderá intervir em negocios peculiares aos Estados, salvo:

II - para assegurar a integridade nacional e o respeito aos seguintes principios constitucionais:

d) a independência e harmonia dos Poderes;

i) a inamovibilidade e vitaliciedade dos magistrados e a irreductibilidade dos seus vencimentos.

Art. 60, §1º - Das sentenças das justiças dos Estados em ultima instancia haverá recurso para o Supremo Tribunal Federal:

a) quando se questionar sobre a vigencia ou a validade das leis federaes em face da Constituição e a decisão do Tribunal do Estado lhes negar applicação;

b) quando se contestar a validade de leis ou actos dos governos dos Estados em face da Constituição, ou das leis federaes, e a decisão do tribunal do Estado considerar válidos esses actos, ou essas leis impugnadas;

c) quando dous ou mais tribunaes locaes interpretarem de modo differente a mesma lei federal, podendo o recurso ser tambem interposto por qualquer dos tribunaes referidos ou pelo procurador geral da Republica;

d) quando se tratar de questões de direito criminal ou civil internacional.

Também, o direito ao *habeas corpus* teve sua redação alterada pela Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926 (art. 72, § 22).

Por fim, deve-se ressaltar que o art. 62 deixa claro a não interferência da Justiça Estadual na Federal e vice-versa, de forma a garantir a independência das decisões e das ordens judiciais, que somente poderiam

ser anuladas, alteradas ou suspensas excepcionalmente nos casos previstos em lei.

2.3 Constituição de 1934

A Constituição de 1934 cuidava do Poder Judiciário no Capítulo IV do Título I, que tratava da organização federal, definindo como órgãos do Poder Judiciário, a Corte Suprema, a Justiça Federal, Militar e Eleitoral (art. 63).

Os juízes gozavam das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos; sendo garantias relativas, pois o magistrado poderia perder o cargo em virtude de sentença judiciária, exoneração a pedido ou aposentadoria compulsória, ou, ainda, em caso de invalidez, conforme alínea *a* do art. 64.

A mobilidade, por sua vez, era admitida nos casos de remoção a pedido do juiz, por promoção aceita, ou pelo voto de dois terços dos juízes efetivos do tribunal superior competente, em virtude de interesse público.

A irredutibilidade dos vencimentos ficava sujeita aos impostos gerais.

A perda das vantagens e garantias dos juízes também ficava condicionada ao não exercício de outra função pública, com exceção do magistério e dos casos previstos em lei; bem como era vedada a prática de atividade político-partidária (art. 66).

Os arts. 68 e 69 prescrevem proibições aos magistrados, como vedação de conhecer de questões exclusivamente políticas e de percepção de percentagens, em razão de cobrança de dívida.

As Justiças Federais e Estaduais não poderiam intervir reciprocamente nas questões dos seus respectivos juízes e tribunais (art. 70), no entanto, a Justiça Federal poderia deprecar às Justiças Estaduais as diligências que devessem ser cumpridas em sua jurisdição (§ 1º do art. 70).

Assim, as decisões da Justiça Federal eram executadas por autoridade por ela designada (§ 2º do art. 70), de modo que a força pública tinha o dever de prestar auxílio quando requisitada na forma de lei.

O art. 71 determina que a incompetência para o processamento do feito não anula os atos processuais, quando a parte não a tenha arguido; reconhecida a incompetência, o processo seria remetido ao juízo competente para prosseguir com o feito.

A instituição do Tribunal do Júri foi mantida no art. 72.

A seção II trata da Corte Suprema, composta de onze ministros sediados na capital da República (art. 73), número que poderia ser aumentado para dezesseis ministros, nomeados pelo presidente e aprovados pelo Senado Federal, cujos requisitos foram descritos no art. 74.

Art. 74 - Os Ministros da Corte Suprema serão nomeados pelo Presidente da República, com aprovação do Senado Federal, dentre brasileiros natos de notável saber jurídico e reputação ilibada alistados eleitores, não devendo ter, salvo os magistrados, menos de 35, nem mais de 65 anos de idade.

O art. 76 descreve a competência da Corte Suprema, e o art. 77 deu competência ao presidente da Corte para conceder *exequatur* às cartas rogatórias das justiças estrangeiras.

A Justiça Federal foi regulamentada nos arts. 78 a 81. Foi criado o mandado de segurança, que seria processado e julgado pelos juízes federais, conforme alínea *k* do art. 81, e previsto o *habeas corpus* na alínea *j* do referido artigo, quando o crime for de competência da Justiça Federal ou quando a coação for proveniente de autoridade federal.

A Justiça Eleitoral, por sua vez, foi instituída pelo Decreto 21.076 de 24 de fevereiro de 1932, e constitucionalizada pela Carta de 1934, nos arts. 82 e 83.

A Justiça Militar também foi prevista em seção própria da organização do Poder Judiciário, nos arts. 84 a 87, a principal inovação está no art. 84, que garantiu aos militares e às pessoas que lhes são assemelhadas, o foro especial nos delitos militares. O foro especial poderia ser estendido aos civis, nos casos previstos em lei.

O art. 87 dispõe que a inamovibilidade garantida aos juízes não exclui a obrigação de acompanhar as forças junto às quais tenha de servir.

Quanto às Justiças Especializadas, o art. 122 da referida Carta instituiu a Justiça do Trabalho para dirimir conflitos entre empregados e empregadores, criando os Tribunais do Trabalho e as Comissões de Conciliação.

Art. 122 - Para dirimir questões entre empregadores e empregados, regidas pela legislação social, fica instituída a Justiça do Trabalho, à qual não se aplica o disposto no Capítulo IV do Título I.

Parágrafo único - A constituição dos Tribunais do Trabalho e das Comissões de Conciliação obedecerá sempre ao princípio da eleição de membros, metade pelas associações representativas dos empregados, e metade pelas dos empregadores, sendo o presidente de livre nomeação do Governo, escolhido entre pessoas de experiência e notória capacidade moral e intelectual.

2.4 Constituição de 1937

A Constituição de 10 de novembro de 1937 foi outorgada em um período de tensão mundial diante do potencial estado de conflito militar gerado pela Segunda Guerra Mundial.

O preâmbulo da Constituição reflete a preocupação em garantir a ordem e a estabilidade do país:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL,

ATENDENDO às legítimas aspirações do povo brasileiro à paz política e social, *profundamente perturbada por conhecidos fatores de desordem*, resultantes da crescente a gravação dos dissídios partidários, que, uma, notória propaganda demagógica procura desnaturar em luta de classes, e da extremação, de conflitos ideológicos, tendentes, pelo seu desenvolvimento natural, resolver-se em termos de violência, colocando a Nação sob a funesta iminência da guerra civil;

ATENDENDO ao *estado de apreensão* criado no País pela infiltração comunista, que se torna dia a dia mais extensa e mais profunda, exigindo remédios, de caráter radical e permanente;

ATENDENDO a que, sob as instituições anteriores, não dispunha, o Estado de meios normais de *preservação e de defesa da paz, da segurança e do bem-estar do povo*;

Sem o apoio das forças armadas e cedendo às inspirações da opinião nacional, umas e outras justificadamente *apreensivas* diante dos perigos que ameaçam a nossa unidade e da rapidez com que se vem processando a decomposição das nossas instituições civis e políticas;

Resolve assegurar à Nação a sua unidade, o respeito à sua honra e à sua independência, e ao povo brasileiro, sob um regime de paz política e social, as condições necessárias à sua segurança, ao seu bem-estar e à sua prosperidade, decretando a seguinte Constituição, que se cumprirá desde hoje em todo o País. (destaques meus).

Em 11 de setembro de 1936, período antes da edição da Constituição de 1937, a Lei 244 instituiu o Tribunal de Segurança Nacional como órgão da Justiça

Militar, que funcionaria no Distrito Federal sempre que fosse decretado o estado de guerra, composto por cinco juízes nomeados pelo presidente da República, sendo que dois magistrados deveriam ser oficiais do Exército ou das Forças Armadas.

Quanto ao Poder Judiciário, a Carta Constitucional reduziu os órgãos da Justiça em STF, Justiça Estadual, do Distrito Federal e dos Territórios e a Justiça Militar (art. 90).

Nota-se que a Justiça Federal não foi prevista como órgão do Poder Judiciário, tendo sido extinta neste período do governo de Getúlio Vargas.

Os juízes continuavam gozando das garantias da vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos. No entanto, diferente da Constituição anterior, o magistrado poderia exercer função pública, excepcionalmente, nos serviços eleitorais e cargos em comissão e de confiança do presidente da República ou dos interventores federais nos estados.

Constituição de 1934:

Art. 65 - Os Juízes, ainda que em disponibilidade, não podem exercer qualquer outra função pública, salvo o magistério e os casos previstos na Constituição. A violação deste preceito importa a perda do cargo judiciário e de todas as vantagens correspondentes.

Constituição de 1937:

Art. 92 - Os Juízes, ainda que em disponibilidade, não podem exercer quaisquer outras funções públicas, salvo nos serviços eleitorais e cargos em comissão e de confiança direta do Presidente da República ou dos Interventores Federais nos Estados. A violação deste preceito importa a perda do cargo judiciário e de todas as vantagens correspondentes.

O art. 93 trata das competências genéricas dos Tribunais; e o art. 94 continuou declarando a vedação ao Judiciário de conhecer questões exclusivamente políticas.

O art. 96 dispõe que somente poderia ser declarado inconstitucional lei ou ato do presidente da República pela maioria absoluta de votos da totalidade dos juízes dos Tribunais.

Inicialmente, o art. 96 continha um parágrafo único acrescentando que se o presidente entendesse que foi declarada inconstitucional uma lei necessária para o bem-estar do povo, à promoção ou defesa de interesse nacional, ele poderia submetê-la novamente ao exame do Parlamento que, caso confirmasse a

constitucionalidade da lei, ficaria sem efeito a decisão do Tribunal. A previsão do parágrafo único foi revogada pela Lei Constitucional 18, de 11 de dezembro de 1945.

A Constituição de 1937 previu a existência de duas casas legislativas, a Câmara dos Deputados e o Conselho Federal.

Ao Conselho Federal competiria a aprovação dos ministros do STF, nomeados pelo presidente da República (art. 98); também, era no Conselho Federal que os ministros eram processados e julgados por crime de responsabilidade (art. 100).

O art. 101 descreveu a competência do STF, e a Justiça Estadual encontrou regulamentação dos arts. 103 ao 110.

Destaca-se a previsão do quinto constitucional, no art. 105, devendo ser reservado um quinto dos lugares na composição dos Tribunais Superiores, para os advogados ou membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação ilibada, escolhidos na lista tríplice organizada pelo Tribunal de Apelação.

O art. 106 inovou ao dispor sobre a possibilidade dos estados criarem juízes com investidura limitada no tempo, ou seja, sem a garantia da vitaliciedade, para conhecer e julgar causas de pequeno valor.

A competência da Justiça Estadual é residual, prevista no art. 107.

Art. 107 - Excetuadas as causas de competência do Supremo Tribunal Federal, todas as demais serão da competência da Justiça dos Estados, do Distrito Federal ou dos Territórios.

É importante destacar, também, que nas causas em que a União atuasse no processo como autora, ré, assistente ou oponente, contra a sentença proferida em primeira instância, caberia recurso diretamente ao STF (art. 109).

A Justiça Militar foi disciplinada pelos arts. 111 ao 113, sem inovações quanto à Constituição de 1934. Por sua vez, o Tribunal de Segurança Nacional, foi instituído pela Lei 244 de 1936, e encontra disposição constitucional no art. 122, 17.

Art. 122, 17 - Os crimes que atentarem contra a existência, a segurança e a integridade do Estado, a guarda e o emprego da economia popular serão submetidos a processo e julgamento perante Tribunal especial, na forma que a lei instituir.

As sentenças proferidas pelo Tribunal de Segurança Nacional eram irrecorríveis e insuscetíveis

de embargos, por força do art. 10 do Decreto-Lei 88, de 20 de dezembro de 1937, que modificou dispositivos da lei.

Por sua vez, o art. 173 conciliou a competência de julgamento de determinados crimes pela Justiça Militar ou pelo Tribunal de Segurança Nacional.

Art. 173 - O estado de guerra motivado por conflito com País estrangeiro se declarará no decreto de mobilização. Na sua vigência, o Presidente da República tem os poderes do art. 166 e a lei determinará os casos em que os crimes cometidos contra a estrutura das instituições, a segurança do Estado e dos cidadãos serão julgados pela Justiça Militar ou pelo Tribunal de Segurança Nacional.

2.5 Constituição de 1946

O art. 94 da Carta Constitucional de 1946 dispõe que são órgãos do Judiciário o STF, a Justiça Federal, Militar, Eleitoral e Trabalhista.

A grande inovação diz respeito à instituição da Justiça do Trabalho como parte do Poder Judiciário brasileiro, regulamentada pela Constituição Federal.

As garantias dos juízes continuarão as mesmas, dispostas no art. 95; vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos, sendo vedado, além do exercício de outra função pública, senão o magistério secundário, receber percentagens nas causas sujeitas a sua apreciação, e exercer atividade político partidária (art. 96).

O art. 97 estabelecer a competência geral dos tribunais, e o art. 101 enumerou as competências do STF, mais amplas do que a previsão do período constitucional anterior.

A primeira sessão do STF após a promulgação da Constituição de 1946 considerou a referida Carta Constitucional um marco de evolução jurídica no ordenamento brasileiro.

Na ocasião (20/09/1946), o Ministro José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, proferiu o seguinte discurso:

Antes de mais nada sejam as minhas primeiras palavras de congratulações com os ilustres colegas pela promulgação da nova Constituição, fato que vem de assinalar um marco destacado na vida jurídica do País.

Depois de termos atravessado uma longa estrada sombria, de indecisões e incertezas de um período ditatorial, é com grande alegria que o país

readquire o seu poder de Nação livre regido por normas puramente democráticas.

O século passado foi a época da liberdade, e o atual é o da igualdade econômica e social, princípios estes disciplinadores de um regime sadio que enobrece todos os cidadãos conscientes de seus direitos e deveres para com a Pátria.

Só a ordem jurídica constrói e fortalece as instituições sem o que a vida e os direitos de cada um ficam à mercê da vontade ou do arbítrio de quem por acaso detém o poder.

A hora presente é de regozijo nacional, principalmente para a Justiça com o restabelecimento de sua autoridade e independência tão necessárias ao exercício da sua nobre missão.

A Carta Magna foi promulgada sob a proteção de Deus e com ela confio que possamos, no cumprimento do dever sagrado, interpretá-la e dar execução aos seus preceitos sob a inspiração dos sentimentos da mais pura justiça. (MELLO, 2007, pp. 27-28)

Neste período constitucional, o Tribunal Federal de Recursos recebeu regulamentação, era composto por treze juízes nomeados pelo presidente da República, após a aprovação pelo Senado Federal, dentre eles, oito seriam magistrados e cinco advogados ou membros do Ministério Público, brasileiros, maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada (arts. 99 e 103).

O Tribunal Federal de Recursos tinha sede na Capital Federal, no entanto, a lei poderia criar outros tribunais em diferentes regiões do País, mediante proposta do presidente, depois de ouvido o próprio tribunal e o STF, conforme estabelecido no art. 103, § 2º; sua competência está elencada no art. 104.

Os arts. 106 a 108 trataram da Justiça Militar, admitindo como órgãos desta Justiça especializada, o STM e os Juízes e Tribunais Militares, competentes para julgarem os militares e as pessoas que lhes são assemelhadas, nos crimes militares definidos em lei.

O foro especial de julgamento na Justiça Militar poderia ser estendido aos civis, nos casos expressos em lei, para a repressão de crimes contra a segurança nacional ou as instituições militares.

As disposições acerca da Justiça Eleitoral são vastas. Foram admitidos como órgãos, o TSE, o TRE, as juntas e os juízes eleitorais (art. 109). A forma de composição dos tribunais, a competência, e o modo de admissão de recursos foram expressamente descritas na Constituição, nos arts. 110, 112, 119, 121.

O art. 114 dispõe que os juízes dos tribunais eleitorais deveriam servir obrigatoriamente por dois anos, e nunca por mais de dois biênios consecutivos, sendo que a função dos juízes eleitorais seria exercida por um juiz de direito, conforme art. 117.

As juntas eleitorais eram presididas por um juiz de direito, e os seus membros eram nomeados, após aprovação do presidente do TRE.

Por sua vez, foram admitidos como órgãos da Justiça do Trabalho, o TST, os TRTs, as juntas ou juízes de conciliação e julgamento.

O deputado Aloisio de Castro, nos Anais da Assembleia Nacional Constituinte de 1946, apresentou a importância da regulamentação da Justiça do Trabalho como justiça especializada:

[...] Espero encarecer a necessidade de uma justiça do trabalho togada, em todos os graus. Não se compreende que continuemos a manter uma justiça trabalhista servida, em grande parte, por leigos, nem tampouco que o Conselho Nacional do Trabalho constitua uma instância para julgamento das causas entre patões e empregados. Como já o acentuou, em incisiva oração neste recinto o ilustre Sr. Deputado Plínio Barreto, é positivamente contristador o que ocorre no seio dessa Justiça, quando se trata não só de julgamentos perante as Juntas de Conciliação assim também de julgamentos perante os Conselhos Regionais, em cujo serio figuram cidadãos absolutamente alheios à doutrina jurídica, daí resultando decisões que, sôbra conflituarem com os mais comesinhos princípios de direito, acarretam, não raro, prejudiciais resultantes à economia privada. (BRASIL, 1947, p. 238)

Deve-se destacar que as decisões do TST eram irrecorríveis, salvo se contrariassem os dispositivos constitucionais, quando, neste caso, caberia recurso para o STF.

Competia à Justiça do Trabalho processar o julgar as causas em que envolvessem conflitos entre empregados e empregadores, nas relações de trabalho.

As causas que envolvessem acidente de trabalho, no entanto, eram processadas na justiça comum (art. 123, § 1º).

Quanto à Justiça Estadual, foi dada a prerrogativa de Tribunais de Alçada, conforme disposição em lei estadual (art. 124, II).

O ingresso na magistratura dependia de concurso de provas, realizado pelo Tribunal de Justiça, com participação da OAB, sendo que a seleção era realizada

por meio da indicação dos candidatos em lista tríplice, se possível (art. 124, III).

O inciso IV do referido artigo tratou da promoção por antiguidade e por merecimento, alternadamente, sendo que nos casos de merecimento a lista tríplice se comporia de nomes escolhidos dentre os de juízes de qualquer entrância.

O quinto constitucional foi descrito no inciso V a seguir:

Art. 124, V - Na composição de qualquer tribunal, um quinto dos lugares será preenchido por advogados que estiverem em efetivo exercício da profissão e membros do Ministério Público, de notório merecimento e reputação ilibada, com dez anos, pelo menos, de prática forense. Para cada vaga, o Tribunal, em sessão e escrutínio secretos, votará lista tríplice. Escolhido um membro do Ministério Público, a vaga seguinte será preenchida por advogado.

Por fim, merece destaque o inciso XI do art. 124, que autoriza a criação de cargos de juízes togados para julgar causas de pequeno valor.

2.6 Constituição de 1967 e Emenda Constitucional 1 de 1969

Na Constituição de 1967, os órgãos do Poder Judiciário foram mantidos como eram na Constituição passada, conforme art. 107.

As competências do STF estavam descritas no art. 114, podendo funcionar em Plenário ou dividido em Turmas (art. 115).

Lenine Nequete destaca pontos importantes sobre o STF neste período:

[...] Ao Supremo Tribunal Federal outorgaram os novos diplomas poderes para estabelecer o processo e o julgamento dos feitos de sua competência, destinados a armar a Suprema Corte de um instrumento fecundo, de que jamais dispôs com tanta amplitude, e por meio do qual poderá dar remédio eficaz a todas as questões que se suscitarem, no que toca ao processo e julgamento de sua competência originária ou de recurso. Outra relevante atribuição que se lhe cometeu foi aquela de processar e julgar a representação do Procurador-Geral da República por inconstitucionalidade de lei ou de ato normativo federal ou estadual: anteriormente, essa competência se limitava às leis estaduais e, ainda assim, para o só efeito de autorizar o processo de intervenção federal nos Estados. (NEQUETE, 1973, p. 99)

Quanto às inovações a respeito dos Tribunais Federais de Recursos, foi previsto no art. 116, § 2º, que o julgamento de mandado de segurança contra ato de ministro de Estado é privativo deste Tribunal. Cumpre destacar que as competências dos Tribunais Federais de Recursos foram ampliadas neste período constitucional (art. 117).

O art. 118, § 1º estabelece que cada estado ou território e o Distrito Federal constituirá uma seção judiciária.

A Justiça Federal foi regulada pela Lei 5.010, de 1966, e as suas competências estão descritas no art. 119 da Constituição, entre elas, merece consideração a hipótese de julgamento pelos juízes federais, em primeira instância, das causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal for interessada na condição de autora, ré, assistente ou oponente, exceto, as causas de falência e as sujeitas à Justiça Eleitoral, Militar e do Trabalho.

Por este dispositivo, a Constituição reconhece a autonomia e a independência das justiças especializadas.

Quanto à Justiça Militar, o modo de composição do STM foi disciplinado pelo art. 121:

Art. 121 - O Superior Tribunal Militar compor-se-á de quinze Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pelo Senado Federal, sendo três entre oficiais-generais da ativa da Marinha de Guerra, quatro entre oficiais-generais da ativa do Exército, três entre oficiais-generais da ativa da Aeronáutica Militar e cinco entre civis.

Não houve grandes mudanças no que se refere às disposições constitucionais da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho (arts. 109 a 123). Por sua vez, a Justiça Estadual encontrou-se em título próprio.

As maiores mudanças deste período constitucional brasileiro ocorreram com a edição da Emenda Constitucional 1, de 17 de outubro de 1969.

A Emenda Constitucional 1/1969 conta com 200 artigos, e modifica diversos dispositivos da Constituição; sobre o Poder Judiciário, *vide* arts. 112 a 144.

O art. 113 da emenda continua garantindo a inamovibilidade aos magistrados, no entanto, estabelece que o tribunal poderia determinar, por motivo de interesse público, em seção secreta e pelo

voto de dois terços de seus juízes efetivos, a remoção ou disponibilidade do juiz de categoria inferior.

A Emenda Constitucional 7 de 1977 também é de grande relevância quanto às mudanças sofridas pelo Poder Judiciário.

Foi acrescentado ao art. 112 da Emenda 1, o Conselho Nacional da Magistratura como órgão do Poder Judiciário, regulamentado pela Lei Orgânica da Magistratura Nacional – Lei Complementar 35 de 1979, que estabeleceu normas de organização, funcionamento, disciplina, direitos e deveres dos juízes, respeitadas as garantias e vedações constitucionais.

A Lei Complementar 35 de 1979, em seu art. 4º, aumentou consideravelmente o número de ministros do Tribunal Federal de Recursos, passando para vinte e sete ministros vitalícios, escolhidos da seguinte forma:

Art. 4º - O Tribunal Federal de Recursos, com sede na Capital da União e jurisdição em todo o território nacional, compõe-se de vinte e sete Ministros vitalícios, nomeados pelo Presidente da República, após aprovada a escolha pelo Senado Federal, salvo quanto à dos Juízes Federais, sendo quinze dentre Juízes Federais, indicados em lista tríplice pelo próprio Tribunal; quatro dentre membros do Ministério Público Federal; quatro dentre advogados maiores de trinta e cinco anos, de notável saber jurídico e de reputação ilibada; e quatro dentre magistrados ou membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal.

Quanto à criação do Conselho Nacional da Magistratura, o art. 50 da Lei Complementar 35/1979 definiu que caberia a tal órgão conhecer de reclamações contra membros de Tribunais, podendo avocar processos disciplinares contra juízes de primeira instância, além de poder determinar a disponibilidade ou a aposentaria dos magistrados, com vencimentos proporcionais ao tempo de serviço.

O procedimento para julgamento das representações e reclamações de juízes seria sigiloso, bem como as reuniões do Conselho Nacional da Magistratura eram secretas, nos termos dos arts. 54 e 55 da referida lei.

2.7 Constituição de 1988 e Emenda Constitucional 45 de 2004

Quanto ao Poder Judiciário na Constituição de 1988, aponta Gilmar Mendes:

A Constituição de 1988 confiou ao Judiciário papel até então não outorgado por nenhuma outra Constituição. Conferiu-se autonomia

institucional, desconhecida na história de nosso modelo constitucional e que se revela, igualmente, singular ou digna de destaque também no plano do direito comparado. Buscou-se garantir a autonomia administrativa e financeira do Poder Judiciário. Assegurou-se a autonomia funcional dos magistrados. (MENDES, 2015, p. 961)

A Carta Magna de 1988 ampliou o conjunto de órgãos do Poder Judiciário, dispostos no art. 92, a seguir:

Art. 92. São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A o Conselho Nacional de Justiça;

II - o Superior Tribunal de Justiça;

II-A - o Tribunal Superior do Trabalho;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

Os incisos “I-A” e “II-A” foram incluídos pelas Emendas Constitucionais 45/2004 e 92/2016, respectivamente.

O art. 93 dispõe que a edição do Estatuto da Magistratura deve observar determinados princípios que estabelecem sobre o ingresso na carreira de juiz, a forma de promoção, que será alternadamente, por antiguidade e merecimento, devendo ser obrigatória a promoção do juiz que participe por três vezes consecutivas ou cinco alternadas em lista de merecimento.

Quanto à promoção por antiguidade, o tribunal somente poderá recusar o juiz mais antigo pelo voto fundamentado de dois terços de seus membros, em procedimento próprio, assegurada a ampla defesa.

O art. 93 também disciplinou o modo de aferição do merecimento para promoção do magistrado, a previsão de cursos de preparação e aperfeiçoamento, os subsídios dos ministros dos Tribunais Superiores, a aposentadoria, a remoção dos juízes, a forma das decisões e o número de juízes em cada unidade jurisdicional.

A descrição das garantias, direitos e deveres dos magistrados foram muito mais amplas neste período constitucional, de maneira a garantir a independência do Poder Judiciário e de seus juízes.

O parágrafo único, inciso V, do art. 95 apresentou uma novidade no que se refere às vedações aos magistrados de exercer a advocacia no juízo ou tribunal de que foi afastado, antes de passados três anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.

O art. 96 previu a competência privativa dos Tribunais, do STF, Tribunais Superiores e Tribunais de Justiça separadamente.

Por sua vez, o art. 98 inovou ao declarar a criação, pela União, estados, Distrito Federal e territórios, de Juizados Especiais e Justiças de Paz, na forma da lei.

Art. 98. A União, no Distrito Federal e nos Territórios, e os Estados criarão:

I - juizados especiais, providos por juízes togados, ou togados e leigos, competentes para a conciliação, o julgamento e a execução de causas cíveis de menor complexidade e infrações penais de menor potencial ofensivo, mediante os procedimentos oral e sumariíssimo, permitidos, nas hipóteses previstas em lei, a transação e o julgamento de recursos por turmas de juízes de primeiro grau;

II - justiça de paz, remunerada, composta de cidadãos eleitos pelo voto direto, universal e secreto, com mandato de quatro anos e competência para, na forma da lei, celebrar casamentos, verificar, de ofício ou em face de impugnação apresentada, o processo de habilitação e exercer atribuições conciliatórias, sem caráter jurisdicional, além de outras previstas na legislação.

Ao Poder Judiciário é assegurada autonomia administrativa e financeira, trata o art. 99 do encaminhamento de propostas e diretrizes orçamentárias dos tribunais, pagamentos, débitos e aprovação de contas, expedição de precatórios e receitas.

Ao STF compete, precipuamente, a guarda da Constituição, além das competências elencadas no art. 102.

A competência originária do STF foi significativamente ampliada, especialmente no que se refere ao controle de constitucionalidade de leis e atos normativos federais e estaduais, cabendo ao STF processar e julgar a ADI, ADC, ADPF, ADO e mandado de injunção.

Também, é o órgão competente para julgar mandado de segurança contra atos do presidente da República, das Mesas do Congresso Nacional, do

Conselho Nacional de Justiça e do Tribunal de Contas da União.

Importante destacar o disposto no § 2º do art. 102, que conferiu eficácia *erga omnes* e efeito vinculante às decisões de mérito proferidas pelo STF nas ADIs e nas ADCs, além de que a figura da repercussão geral foi introduzida no § 3º do mesmo artigo.

O art. 103-A, que trata da edição e aprovação de súmula vinculante pelo STF, foi incluído pela Emenda Constitucional 45, de 2004, sendo o seu objeto, a validade e a forma de publicação disciplinados pelos parágrafos do artigo.

O 103-B descreveu a composição do CNJ, competindo ao órgão, controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e do cumprimento dos deveres funcionais dos juízes, zelar pela autonomia do Poder e pela observação do Estatuto da Magistratura, zela pela legalidade dos atos administrativos praticados por membros do Poder Judiciário, representar o Ministério Público nos casos de crimes contra a Administração Pública ou de abuso de autoridade, entre outras.

O STJ foi criado pela Constituição de 1988, regulamentado pelos arts. 104 e 105, composto por, no mínimo, 33 ministros, nomeados pelo presidente da República, dentre brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, após aprovação por maioria absoluta do Senado Federal.

Um terço dos ministros do STJ deve ser escolhido entre juízes dos Tribunais Regionais Federais, e um terço entre desembargadores dos Tribunais de Justiça, indicados em lista triplíce elaborada pelo tribunal; um terço, em partes iguais, de advogados e membros do Ministério Público Federal, Estadual, do Distrito Federal e Territórios, alternadamente.

As competências do STJ foram descritas no art. 105, e o seu parágrafo único, incluído pela Emenda Constitucional 45/2004, estabelece que a Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados e o Conselho da Justiça Federal, funcionarão junto ao STJ.

A Constituição Federal ampliou as competências da Justiça Federal, descritas no art. 108.

O § 5º do art. 108, também incluído pela Emenda 45, é de extrema importância, visto que alcançou as causas relativas aos direitos humanos, sendo possível transferir para a Justiça Federal, mediante incidente

de deslocamento de competência suscitado pelo Procurador-Geral da República ao STJ, as causas que envolvam grave violação aos direitos humanos, em qualquer fase do inquérito ou do processo.

Observa-se jurisprudência do STJ sobre a questão:

RE no INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA Nº 3 - GO (2013/0138069-0) (f) RELATORA: MINISTRA LAURITA VAZ; RECORRENTE: ESTADO DE GOIÁS; PROCURADOR: RONALD CHRISTIAN ALVES BICCA; RECORRIDO: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL; PROCURADOR: RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS; INTERES.: CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - CFOAB - "AMICUS CURIAE"; ADVOGADO: MARCUS VINICIUS FURTADO COELHO. DECISÃO. Vistos, etc. Trata-se de recurso extraordinário interposto pelo ESTADO DE GOIÁS, com fundamento no art. 102, inciso III, alínea a, da Constituição da República, em face de acórdão proferido pela Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, de relatoria do Ministro Jorge Mussi, ementado nos seguintes termos: "INCIDENTE DE DESLOCAMENTO DE COMPETÊNCIA. ART. 109, §5º, DA CARTA POLÍTICA. MEDIDA CONSTITUCIONAL EXCEPCIONALÍSSIMA. REQUISITOS CUMULATIVOS. GRAVE VIOLAÇÃO A DIREITOS HUMANOS. RISCO DE DESCUMPRIMENTO DO AVENÇADO COM ESTADOS-MEMBROS QUANDO DA SUBSCRIÇÃO DE TRATADO INTERNACIONAL. DEMONSTRAÇÃO DA TOTAL INCAPACIDADE DAS AUTORIDADES LOCAIS EM PROPICIAREM A PERSECUÇÃO PENAL. EXAME DOS PRESSUPOSTOS À LUZ DOS PRINCÍPIOS DA PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. INCAPACIDADE, INEFICÁCIA E INEFICIÊNCIA. DISTINÇÃO IMPRESCINDÍVEL. 1. A Emenda Constitucional nº. 45/2004 introduziu no ordenamento jurídico a possibilidade de deslocamento da competência originária, em regra da Justiça Estadual, à esfera da Justiça Federal, no que toca à investigação, processamento e julgamento dos delitos praticados com grave violação de direitos humanos (art. 109, §5º, da Constituição da República Federativa do Brasil). 2. A Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o mérito de casos distintos - IDCs n. 1/PA; 2/DF; 5/PE -, fixou como principal característica do incidente constitucional a excepcionalidade. À sua procedência não só é exigível a existência de grave violação a direitos humanos, mas também a necessidade de assegurar o cumprimento de obrigações internacionais avençadas, em decorrência de omissão ou incapacidade das autoridades responsáveis pela apuração dos ilícitos. 3. A expressão grave violação a direitos humanos coaduna-se com o cenário da prática dos crimes de tortura e homicídio, ainda mais quando levados a efeito por agentes estatais da segurança pública.

4. A República Federativa do Brasil experimenta a preocupação internacional com a efetiva proteção dos direitos e garantias individuais, tanto que com essa finalidade subscreveu acordo entre os povos conhecido como Pacto de San José da Costa Rica. O desmazelo aos compromissos ajustados traz prejudiciais consequências ao Estado-membro, pois ofende o respeito mútuo, global e genuíno entre os entes federados para com os direitos humanos. 5. Para o acolhimento do Incidente de Deslocamento de Competência é obrigatória a demonstração inequívoca da total incapacidade das instâncias e autoridades locais em oferecer respostas às ocorrências de grave violação aos direitos humanos. 6. Não se pode confundir incapacidade ou ineficácia das instâncias e autoridades locais com ineficiência. Enquanto a incapacidade ou ineficácia derivam de completa ignorância no exercício das atividades estatais tendentes à responsabilização dos autores dos delitos apontados, a ineficiência constitui a ausência de obtenção de resultados úteis e capazes de gerar consequências jurídicas, não obstante o conjunto de providências adotadas. 7. Ainda que seja evidente que a ineficiência dos órgãos encarregados de investigação, persecução e julgamento de crimes contra os direitos humanos, é situação grave e deve desencadear no seio dos Conselhos Nacionais e dos órgãos correccionais a tomada de providências aptas à sua resolução, não é ela, substancialmente, o propulsor da necessidade de deslocamento da competência. Ao contrário, é a ineficácia do Estado, revelada pela total ausência de capacidade de mover-se e, assim, de cumprir papel estruturante de sua própria existência organizacional, o fator desencadeante da federalização. [...] (STJ - RE no IDC: 3 GO 2013/0138069-0, relatora: Ministra Laurita Vaz, Data de Publicação: DJ 05/06/2015).

Em relação à Justiça do Trabalho, nota-se pelo art. 111, que as Juntas de Conciliação e Julgamento foram substituídas pelas Varas da Justiça do Trabalho.

O TST é composto por 27 ministros, escolhidos entre os brasileiros com mais de 35 e menos de 65 anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada, nomeados pelo presidente, após aprovação pela maioria absoluta do Senado Federal, sendo um quinto entre advogados com mais de 10 anos de atividade profissional e membros do MPT com o mesmo requisito, e os demais entre juizes dos TRTs, oriundos da magistratura de carreira, indicados pelo Tribunal Superior.

A Constituição Federal não disciplinou a competência do TST, cabendo à legislação própria.

A Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados do Trabalho, bem como o

Conselho Superior da Justiça do Trabalho funcionariam junto ao TST, conforme o § 2º do art. 111.

A competência geral da Justiça do Trabalho foi disposta no art. 114.

O § 3º do art. 114 previu a hipótese de o Ministério Público ajuizar dissídio coletivo em caso de greve em atividade essencial, com possibilidade de lesão ao interesse público, cabendo às Justiças do Trabalho resolver os conflitos.

Pela Constituição atual, foi dada aos TRTs a possibilidade de instalar justiça itinerante e de funcionar descentralizadamente, constituindo câmaras regionais, de forma a garantir o acesso à justiça em todas as fases do processo.

A seção VI, sobre os tribunais e juízes eleitorais, regulamenta a composição do tribunal, a escolha dos magistrados e a forma das decisões.

O art. 121 determina que lei complementar disporá sobre a organização e competência dos tribunais eleitorais, dos juízes de direito e das juntas eleitorais.

A Constituição, ainda, diz que as decisões do TSE são irrecorríveis, salvo se contrariar a Constituição e as denegatórias de *habeas corpus* ou mandado de segurança.

Desta forma, somente admitirão recurso as decisões do TRE nas seguintes hipóteses:

Art. 123, §4º - Das decisões dos Tribunais Regionais Eleitorais somente caberá recurso quando:

I - forem proferidas contra disposição expressa desta Constituição ou de lei;

II - ocorrer divergência na interpretação de lei entre dois ou mais tribunais eleitorais;

III - versarem sobre inelegibilidade ou expedição de diplomas nas eleições federais ou estaduais;

IV - anularem diplomas ou decretarem a perda de mandatos eletivos federais ou estaduais;

V - denegarem *habeas corpus*, mandado de segurança, *habeas data* ou mandado de injunção.

Também ficou a cargo de lei própria as disposições acerca da organização, funcionamento e competência da Justiça Militar, órgão responsável por processar e julgar os crimes militares definidos em lei.

A Emenda Constitucional 45 incluiu no art. 125, o § 5º, da Constituição, definindo a competência dos juízes de direito da Justiça Militar para processar e julgar, singularmente, os crimes militares cometidos

contra civis e as ações judiciais contra atos disciplinares militares, cabendo ao Conselho de Justiça conhecer os demais crimes militares.

Por fim, a competência da Justiça Estadual ficou a cargo da Constituição do Estado, sendo a lei de organização judiciária de iniciativa do Tribunal de Justiça, nos termos do art. 125, § 1º.

Foi atribuída aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição.

A justiça itinerante e a possibilidade de funcionar de forma descentralizada também atingiu a Justiça Estadual, conforme §§ 6º e 7º do art. 125.

Quanto aos conflitos fundiários, foi conferida ao Tribunal de Justiça a possibilidade de criação de varas especializadas de competência exclusiva para conhecer das questões agrárias.

3 Conclusão

A utilização da análise histórico-comparativa como referencial metodológico permitiu o desenvolvimento da pesquisa em atenção aos seus principais objetivos.

Verificou-se que o sistema constitucional brasileiro foi se desenvolvendo a partir de fórmulas genéricas de quadripartição funcional, como foi instituída a organização dos Poderes na Constituição Imperial de 1824, até a incorporação do sistema tripartido de órgãos ou Poderes no sistema republicano implantado em 1889.

A partir da Constituição de 1891 mantém-se a anterior assimilação, pelo sistema brasileiro, de fórmulas institucionais produzidas no sistema de tripartição funcional.

Portanto, a análise da experiência constitucional brasileira revelou que o momento histórico vivenciado por cada período constitucional influencia na organização e no fortalecimento ou enfraquecimento do Poder Judiciário frente ao Executivo e ao Legislativo, bem como, na necessidade de especialização de justiças para julgamento de causas próprias.

Em virtude dos fatos mencionados, conclui-se que a pesquisa se processa abrangendo os movimentos institucionais e políticos do sistema brasileiro de organização dos Poderes, constando que o Poder Judiciário inicia-se como fórmula política em

1824, evoluindo em cada Constituição, no que se refere à instituição de órgãos, competências, prerrogativas, garantias e direitos.

A análise da forma específica de evolução dos papéis do Judiciário, nas Constituições nacionais, contribui para as áreas de teoria do direito constitucional e história do direito.

Referências

BRASIL. Anais da Assembleia Constituinte de 1946. v. VIII. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1947. Disponível em: <<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/12596>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Atas do Conselho de Estado Pleno. Terceiro Conselho de Estado. Rio de Janeiro, 1850-1857. Disponível em: <http://www.senado.leg.br/publicacoes/anais/pdf/ACE/ATAS4-Terceiro_Conselho_de_Estado_1850-1857.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2017.

_____. Constituição Política do Imperio do Brazil de 25 de março de 1824. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao24.htm>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 24 de fevereiro de 1891. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil de 16 de julho de 1934. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 10 de novembro de 1937. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao37.htm>. Acesso em: 27 out. 2017.

_____. Constituição dos Estados Unidos do Brasil de 18 de setembro de 1946. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao46.htm>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 24 de janeiro de 1967. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao67.htm>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>

ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 18 dez. 2017.

_____. Decreto de 18 de julho de 1822. Crêa Juizes de Facto para julgamento dos crimes de abusos de liberdade de imprensa. Rio de Janeiro, 18 jul. 1822. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/Historicos/DIM/DIM-18-7-1822.htm>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. Decreto-Lei nº. 88, de 20 de dezembro de 1937. Modifica a Lei nº. 244, de 11 de setembro de 1936, que institui o Tribunal de Segurança Nacional, e dá outras providências. Rio de Janeiro, 20 dez. 1937. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decrei/1930-1939/decreto-lei-88-20-dezembro-1937-350832-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

_____. Decreto nº. 848, de 11 de outubro de 1890. Organiza a Justiça Federal. Rio de Janeiro, 11 out. 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-848-11-outubro-1890-499488-norma-pe.html>>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. Decreto nº. 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Rio de Janeiro, 24 fev. 1932. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 2 nov. 2017.

_____. Emenda Constitucional de 3 de setembro de 1926. Rio de Janeiro, 3 set. 1926. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/emecon_sn/1920-1929/emendaconstitucional-35085-3-setembro-1926-532729-publicacaooriginal-15088-pl.html>. Acesso em: 14 dez. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº. 1, de 17 de outubro de 1969. Edita o novo texto da Constituição Federal de 24 de janeiro de 1967. Brasília, 17 out. 1969. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc_anterior1988/emc01-69.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº. 7, de 13 de abril de 1977. Incorpora ao texto da Constituição Federal disposições relativas ao Poder Judiciário. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc_anterior1988/emc07-77.htm>. Acesso em: 22 nov. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº. 45, de 30 de dezembro de 2004. Altera dispositivos dos arts. 5º, 36, 52, 92, 93, 95, 98, 99, 102, 103, 104, 105, 107, 109, 111, 112, 114, 115, 125, 126, 127, 128, 129, 134 e 168 da Constituição Federal, e acrescenta os arts. 103-A, 103B, 111-A e 130-A, e dá outras providências. Brasília, 30 dez. 2004. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc45.htm>. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. Emenda Constitucional nº. 92, de 12 de julho de 2016. Altera os arts. 92 e 111-A da Constituição Federal, para explicitar o Tribunal Superior do Trabalho como órgão do Poder Judiciário, alterar os requisitos para o provimento dos cargos de Ministros daquele Tribunal e modificar-lhe a competência. Brasília, 12 jul. 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc92.htm>. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. Lei Complementar nº. 35, de 14 de março de 1979. Dispõe sobre a Lei Orgânica da Magistratura Nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp35.htm>. Acesso em: 23 nov. 2017.

_____. Lei Constitucional nº. 18, de 11 de dezembro de 1945. Revoga o parágrafo único do art. 96 da Constituição. Rio de Janeiro, 11 dez. 1945. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/leicon/1940-1949/leiconstitucional-18-11-dezembro-1945-365002-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 16 dez. 2017.

_____. Lei de 18 de setembro de 1828. Cria o Supremo Tribunal de Justiça e declara suas atribuições. Rio de Janeiro, 18 set. 1828. Disponível em: <[http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38214-](http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38214-18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html)

18-setembro-1828-566202-publicacaooriginal-89822-pl.html>. Acesso em: 12 dez. 2017.

_____. Lei nº. 244, de 11 de setembro de 1936. Institue, como órgão da Justiça Militar, o Tribunal de Segurança Nacional, que funcionará no Distrito Federal sempre que for decretado o estado de guerra e dá outras providências. Rio de Janeiro, 11 set. 1936. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-244-11-setembro-1936-503407-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

_____. Lei nº. 5.010, de 30 de março de 1966. Organiza a Justiça Federal de primeira instância, e dá outras providências. Brasília, 30 mar. 1966. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5010.htm>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MELLO, Ministro Celso de. Notas sobre o Supremo Tribunal (Império e República). Brasília: Supremo Tribunal Federal, 2007. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/arquivo/cms/sobrestfconhecastfcuriosidadestf/anexo/notasinformativaseletronica161007.pdf>>. Acesso em: 20 nov. 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira. Curso de Direito Constitucional. Gilmar Ferreira Mendes e Paulo Gustavo Gonet Branco. São Paulo: Saraiva, 2015.

NEQUETE, Lenine. O Poder Judiciário no Brasil a partir da Independência. v. II – República. Porto Alegre: Sulina, 1973.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. Poder Judiciário: crise, acertos e desacertos. 12. ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1995.